



SAÚDE

SUS terá hospitais com IA, 5G e telemedicina

Pacote de investimentos na rede pública de unidades inteligentes prevê aportes de R\$ 1,7 bi para a USP e R\$ 34 milhões para UTIs

» VICTOR CORREIA

Ricardo Stuckert/PR



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao anunciar a criação da rede de hospitais inteligentes do SUS: "Dilma, libere esse dinheiro logo!"

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, lançaram, ontem, um programa para construir os chamados "hospitais inteligentes" do Sistema Único de Saúde (SUS). A iniciativa vai incorporar tecnologias baseadas em inteligência artificial (IA) e conexão 5G para acelerar o atendimento em urgência, emergência e em unidades de tratamento intensivo (UTIs). O primeiro hospital inteligente público será instalado em São Paulo e servirá como referência para outras instituições. O governo federal também prometeu modernizar hospitais já existentes.

O anúncio foi feito em cerimônia fechada no Palácio do Planalto, com a presença de ministros, autoridades e delegações da China e da Índia, que serão parceiras do projeto — a Rede Nacional de Hospitais e Serviços Inteligentes. De acordo com o Ministério da Saúde, os serviços inteligentes usam tecnologias como IA, big data, telemedicina e monitoramento remoto para fornecer um atendimento mais rápido, acessível e personalizado.

Em discurso, Lula defendeu que a pandemia de covid-19 fez com que a população brasileira entendesse a importância dos hospitais públicos. "O SUS era tratado de forma pejorativa. Ou seja, só se tratava de desgraça, miséria, morte no SUS", afirmou.

Ao tratar da modernização dos hospitais, Lula citou o acidente doméstico que sofreu em outubro de 2024, e a cirurgia de emergência à qual se submeteu, pouco mais de um mês depois, para drenar uma hemorragia no crânio. "Eu estava na capital do país e disseram que eu tinha que ir para São Paulo, urgente, para fazer o tratamento. Não tinha nem o avião presidencial aqui. Eu tive que esperar, nessa emergência, três horas no hospital e, depois, viajar mais uma hora e meia de avião. Quando eu cheguei no hospital, da equipe médica, dos quatro que estavam lá, dois

estavam chorando porque achavam que eu poderia ter entrado em coma dentro do avião", disse o presidente. "Que a gente coloque uma coisa inteligente em Brasília porque, se isso aconteceu com o presidente, imagina com o coitado do povo", enfatizou.

UTI inteligente

Segundo Padilha, o primeiro eixo do programa será a implantação de 14 UTIs inteligentes nas cinco Regiões do país, com investimento de R\$ 34 milhões em hospitais já existentes. O segundo eixo será a construção do primeiro hospital inteligente do SUS, o Instituto Tecnológico de Emergência do Hospital

das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP), que fará atendimentos de urgência e emergência, além da atenção especializada. O hospital terá capacidade para atender 200 mil pacientes por ano na emergência, com 250 leitos, mais 350 leitos de UTI, 25 salas cirúrgicas, departamentos de neurologia e trauma, e enfermaria com 200 leitos.

A unidade contará com aporte de R\$ 1,7 bilhão do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), o Banco do Brics, pagos ao longo de quatro anos. "São hospitais que se utilizam da mais alta tecnologia de informação e de inteligência artificial, da conexão dos seus equipamentos, de uma rede que se sustenta, internet que consegue garantir essa

conexão e que permite atendimentos à distância, monitoramento à distância, e uso da IA para acelerar diagnósticos", discursou Padilha.

O terceiro eixo do programa será a modernização de hospitais de excelência do SUS, com implantação das novas tecnologias: Hospital Unifesp (SP); hospitais federais do Rio de Janeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio); o novo Hospital Oncológico da Baixada Fluminense (RJ); o Instituto do Cérebro (RJ); e o novo Hospital do Grupo Hospitalar Conceição (RS). Essa etapa contará com aporte de R\$ 1,1 bilhão do Ministério da Saúde, mas apenas para as instituições fluminenses.

A ex-presidente da República e presidente do NBD, Dilma Rousseff, que também participou do anúncio, destacou a cooperação tecnológica com China e Índia, que vão contribuir com as ferramentas utilizadas na modernização do Instituto Tecnológico de Emergência da USP, primeiro hospital do tipo. Destacou ainda a importância do financiamento feito pelo banco internacional.

"O NBD não tinha a praxe, até então, de financiar projetos no Brasil. Não era o Brasil o país que recebia o maior número de recursos. E eu acredito, também, que não era o Brasil que tinha os projetos mais importantes dos países do Brics, emergentes e em



São hospitais que se utilizam da mais alta tecnologia de informação e de inteligência artificial, da conexão dos seus equipamentos, de uma rede que se sustenta, internet que consegue garantir essa conexão e que permite atendimentos à distância"

Alexandre Padilha,
ministro da Saúde

desenvolvimento", disse Dilma.

"Fizemos um grande esforço para mudar a qualidade dos projetos financiados no Brasil", acrescentou. Segundo a presidente do NBD, a instituição aprovou, no ano passado, US\$ 1,5 bilhão em empréstimos para o Brasil, especialmente, ao setor de infraestrutura.

Em seu discurso, Lula também cobrou rapidez na entrega dos hospitais. Também participaram o vice-presidente Geraldo Alckmin e o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan.

"Dilma, libere esse dinheiro logo. Dario, receba logo e libere logo. Padilha, por favor, execute a obra no tempo mais rápido possível", cobrou o presidente. Como não houve nenhum anúncio de prazos para implementação do programa, Lula perguntou qual a previsão das entregas. Segundo Padilha, as UTIs inteligentes começam a funcionar ainda neste ano, e o hospital inteligente da USP deve demorar entre três e quatro anos para ficar pronto.

SEGURANÇA PÚBLICA

Novo protocolo para reconhecimento de criminosos

» RAFAELA BOMFIM*

O governo federal oficializou, ontem, um conjunto de medidas voltadas à padronização da investigação criminal e à integração de dados utilizados na persecução penal, com a publicação, no Diário Oficial da União, de duas portarias que tratam do reconhecimento de pessoas como meio de prova e da criação de um sistema nacional de informações criminais.

Os atos normativos são a Portaria MJSP nº 1.122 e a Portaria MJSP nº 1.123, assinadas pelo ministro da Justiça e da Segurança Pública, Ricardo Lewandowski. As normas instituem, respectivamente, o Protocolo Nacional de Reconhecimento de Pessoas em Procedimentos Criminais, aplicável à atuação da Polícia Judiciária, e o Sistema Nacional de Informações Criminais (Sinic), destinado à reunião e organização padronizadas de registros criminais em âmbito nacional.

O Protocolo Nacional de Reconhecimento de Pessoas estabelece critérios técnicos e operacionais

para a realização do reconhecimento como meio de prova. A portaria define o procedimento como o ato formal pelo qual a vítima ou a testemunha indica o possível autor de uma infração penal, desde que observadas cautelas específicas. A medida busca uniformizar práticas, ampliar a confiabilidade da prova produzida e assegurar respeito ao devido processo legal.

As regras se aplicam às polícias Civis dos estados e do Distrito Federal, à Polícia Federal e à Força Nacional de Segurança Pública quando atuarem no exercício ou no apoio às funções de polícia judiciária. A adesão voluntária e integral ao protocolo passa a ser considerada critério técnico para a priorização do repasse de recursos federais do Fundo Nacional de Segurança Pública destinados a ações relacionadas ao reconhecimento de pessoas.

Entre os objetivos previstos estão a adequação dos procedimentos à legislação vigente e à jurisprudência dos tribunais superiores, a redução do risco de condenações indevidas e o fortalecimento da segurança

jurídica. O texto também aborda a cadeia de custódia da prova, com foco na preservação da informação, na transparência dos atos e no controle do procedimento, além de prever medidas para evitar práticas discriminatórias e vieses na persecução penal.

A portaria traz, ainda, disposições específicas sobre o



Medidas visam evitar a prisão de inocentes por erro de identificação

reconhecimento por voz, estabelece modelos de formulários para o reconhecimento presencial de pessoas e apresenta um checklist para a avaliação da regularidade das práticas adotadas pelas autoridades responsáveis. A padronização busca garantir que o procedimento seja documentado de forma adequada e passível de verificação ao longo do processo.

Já o Sistema Nacional de Informações Criminais (Sinic) tem como finalidade reunir, organizar e disponibilizar em uma única base nacional informações criminais produzidas pelos órgãos de segurança e pelo sistema de Justiça. O sistema dará suporte à investigação, auxiliará a atuação do Judiciário e servirá como referência para a formulação e avaliação de políticas públicas de segurança.

A Portaria MJSP nº 1.123 determina que o Sinic incorpore, de forma integrada, registros de pessoas condenadas por integrar organizações ou facções criminosas, por crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes, por estupro

e por crimes de racismo. Também deverão constar informações sobre pessoas que tenham restrições judiciais de acesso a arenas esportivas em razão de comprometimento da paz em eventos esportivos.

A criação da base nacional busca superar a fragmentação atual de dados entre diferentes entes e instituições, permitindo maior padronização das informações sobre indicações, denúncias e condenações.

Para operadores do direito, as normas criam parâmetros objetivos para a atuação estatal. "As portarias estabelecem cautelas claras para o reconhecimento de pessoas e delimitam como as informações criminais devem ser organizadas", explica o advogado criminalista Luiz Gustavo Cunha. Segundo ele, "o descumprimento das etapas previstas pode gerar questionamentos sobre a validade do ato, enquanto a observância das regras tende a fortalecer o controle e a transparência do procedimento".

*Estagiária sob a supervisão de Vinícius Doria